

Secretaria de Gabinete

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1320 /2022

"Dispõe sobre a regulamentação do Transporte Escolar da rede pública de Ensino do Município de Primavera do Leste – MT e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Artigo 1º** Fica regulamentado o Serviço Público Municipal de Transporte Escolar, a ser prestado pelo Município, para atendimento das necessidades de deslocamento dos estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, das redes municipal e estadual de Ensino.
- **Artigo 2º** O Serviço Público Municipal de Transporte Escolar constitui-se no serviço de transporte dos estudantes do ponto de embarque, localizado na linha mestra determinada pelo Poder Público, até o estabelecimento de ensino que o estudante está matriculado e vice-versa, podendo ser realizado por empresa terceirizada.
- **Artigo 3º** O Transporte Municipal Escolar é destinado ao uso exclusivo dos estudantes matriculados nas escolas das redes públicas de Educação Básica, com idade a partir de 04 (quatro) anos, devendo seguir os seguintes critérios:
  - I. garantir prioritariamente o acesso diário e a permanência dos estudantes às escolas da rede pública de educação básica que residem a uma distância superior a dois quilômetros de sua unidade escolar; e



Secretaria de Gabinete

II. garantir o acesso dos estudantes nas atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico e realizadas fora dos estabelecimentos de ensino, devendo ser solicitado a Secretaria Municipal de Educação com, no mínimo, sete dias de antecedência.

**Parágrafo Único** - Para os trajetos previstos no inciso II, o condutor do veículo deve estar de posse de autorização, acompanhada da relação nominal dos estudantes participantes da atividade, sendo:

- I. do diretor (a) do estabelecimento de ensino nos deslocamentos restritos a circunscrição do município de Primavera do Leste; e
- II. do(a) Prefeito(a) ou do(a) Secretário(a) de Educação, quando o deslocamento se der fora da circunscrição do município de Primavera do Leste.
- **Artigo 4º** Quando necessário serão feitos estudos para se verificar a viabilidade de nucleação de escolas na zona rural, onde houver:
- I. demanda de estudantes cuja distância percorrida entre a linha mestra e a escola ultrapassar dois quilômetros;
- II. os itinerários devem ser definidos de forma a garantir o menor tempo e a maior segurança dos estudantes nos percursos, sendo o tempo de permanência dos estudantes nos veículos de transporte não superior a quatro horas, ficando entendido entre ida e volta de duas horas cada.
- **Artigo 5º** Para a utilização do serviço de transporte escolar, os estudantes interessados, através de seu responsável, deverão realizar o cadastro na Secretaria Municipal de Educação para a confecção da Carteira do Transporte Escolar, sendo necessário levar um Atestado de Matrícula e uma foto 3x4 do estudante.

**Parágrafo Único -** Havendo mudança de endereço do estudante, o pai ou responsável legal procederá à atualização de endereço na Secretaria Municipal de Educação, que irá verificar a disponibilidade de vagas no transporte escolar no novo endereço.

2



Secretaria de Gabinete

**Artigo 6º** - Desde que não haja prejuízo ao atendimento dos estudantes residentes na zona rural e matriculados nas escolas das redes públicas de ensino básico, os veículos poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da zona urbana e da educação superior, conforme previsto nesta Lei.

### CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES

**Artigo 7º** - A execução do transporte escolar da rede pública de ensino será de responsabilidade do município em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso.

**Artigo 8º** - A Secretaria Municipal de Educação elaborará e publicará anualmente o Plano Municipal de Transporte Escolar, que deverá conter:

- I. definição das rotas com seus horários de saída, chegada e retorno;
- definição dos pontos de embarque e desembarque dos estudantes, com previsão de horários;
- III. definição da demanda a ser atendida e a capacidade de transporte escolar.
- **Artigo 9º** É de responsabilidade dos pais de estudantes ou seus responsáveis, o seu embarque e o desembarque no veículo escolar, nos pontos e nos horários previstos no Plano Municipal de Transporte Escolar.
- **Artigo 10 -** A Secretaria Municipal de Educação deverá confeccionar carteira de transporte escolar para os estudantes, contendo o nome completo e foto do estudante, escola e período que o mesmo se encontra matriculado, o bairro ou localização de sua residência e o número do veículo.
- **Artigo 11 -** A Secretaria Municipal de Educação deve organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos referentes ao transporte escolar.



Secretaria de Gabinete

**Artigo 12** - A Secretaria Municipal de Educação deve analisar anualmente a situação criminal dos motoristas do transporte escolar público, por meio da verificação da certidão negativa criminal para todos e quaisquer crimes, porventura, praticados pelos motoristas responsáveis pela condução dos estudantes da rede pública de ensino.

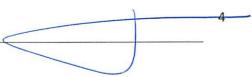
**Artigo 13** - A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Comissão do Transporte Escolar, deve elaborar e distribuir aos estudantes, seus pais ou responsáveis legais orientações com os direitos e deveres do uso do transporte escolar.

### CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

**Artigo 14 -** Serão punidos os estudantes que promoverem atos ou ações de indisciplina ou de danos ao patrimônio público, tais como:

- I. riscar, quebrar ou rasgar os bancos;
- II. quebrar e/ou danificar vidros ou janelas;
- III. sentar no capô do motor;
- IV. colocar a cabeça ou os braços para fora da janela com o veículo em movimentos;
- V. promover ofensas física ou moral a seus colegas e ao condutor;
- VI. faltar com respeito ao condutor;
- VII. ingerir bebidas alcoólicas ou usar substâncias entorpecentes e/ou alucinógenas.

Parágrafo Único - os atos ou ações de indisciplinas não referidos neste artigo serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Comissão do Transporte Escolar e em casos de danos ao patrimônio público o estudante, quando maior de 18 anos ou o responsável deverá ressarcir o prejuízo causado.





Secretaria de Gabinete

**Artigo 15** - Os estudantes que praticarem atos ou ações de indisciplina mencionados no artigo anterior estarão sujeitos as seguintes punições:

- I. advertência verbal, com comunicação aos pais e a escola;
- II. advertência por escrito com convocação dos pais advindas do motorista juntamente com a direção da escola ou da Secretaria Municipal de Educação;
- III. encaminhamento ao Conselho Tutelar.

### CAPÍTULO IV DOS VEÍCULOS ESCOLARES

**Artigo 16 -** Os veículos do transporte escolar (próprio ou terceirizado) devem possuir as seguintes especificações:

- I. cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, não devendo transportar estudantes acima da capacidade do veículo;
- II. licenciamento anual em situação regular;
- III. seguro contra acidentes;
- IV. para uma maior segurança do transporte escolar, recomenda-se que os veículos utilizados tenham no máximo 07 (sete) anos de uso.
- V. registrador de velocidade (tacógrafo);
- VI. pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira, contendo a palavra ESCOLAR, em preto, caso o veículo seja da cor amarela, as cores indicadas devem ser invertidas;
- VII. implementação de sistema de rastreamento de veículos, visando tornar mais eficiente o gasto público;

5



Secretaria de Gabinete

- VIII. devem ter uma autorização especial, expedida pela Divisão e Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), sendo necessário o registro do veículo como escolar. A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível;
  - IX. estar em perfeitas condições de uso, higienizado e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro;
  - X. além das vistorias normais no Detran, os veículos que transportam estudantes necessitam fazer vistoria a cada seis meses para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.
  - **Artigo 17** Os ônibus escolares deverão cumprir as normas da legislação vigente, em especial os dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que tratam da condução de escolares.

### CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR

- **Artigo 18** O município deverá criar a Comissão de Transporte Escolar com a finalidade de fiscalizar a execução do transporte pelo município, bem como deliberar sobre eventuais controvérsias.
- **Artigo 19** A comissão de Transporte Escolar será criada de forma paritária entre o Poder Público e a Sociedade, com renovação de seus membros a cada dois anos, permitida uma única recondução, elegendo entre si um presidente e um secretário.
- Artigo 20 A Comissão de Transporte Escolar terá a seguinte composição:
  - I. representante dos estudantes (um titular e um suplente);
- II. representante dos Pais (um titular e um suplente);
- III. Assessor Pedagógico (um titular e um suplente);

6



Secretaria de Gabinete

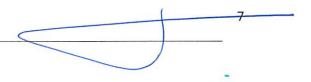
- IV. representante dos Professores Estaduais (um titular e um suplente);
- V. representante dos Professores Municipais (um titular e um suplente);
- VI. representante do Conselho do FUNDEB/PNATE (um titular e um suplente);
- VII. representante do Poder Executivo Municipal (um titular e um suplente).

### CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **Artigo 21 -** A prestação de contas dos recursos do PNATE Federal oriundos do Governo Federal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e analisada pelo Conselho para Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica CACS/FUNDEB, que será responsável por formular o parecer conclusivo acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento dele ao FNDE.
- **Artigo 22 -** Caberá a Comissão Municipal de Transporte Escolar o controle social da utilização dos recursos financeiros oriundos do Governo do Estado de mato Grosso, realizando inspeções e análise dos processos que originarem as respectivas prestações de contas.

### CAPÍTULO VII DOS CONDUTORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

- **Artigo 23 -** O condutor de veículo escolar contratado pelo órgão governamental, bem como os condutores das empresas terceirizadas destinados à condução de estudantes, deverão seguir o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997).
- **Artigo 24** Os condutores dos ônibus escolares(próprios ou terceirizados) deverão cumprir os seguintes requisitos:
  - I. ter idade superior a vinte e um anos;





Secretaria de Gabinete

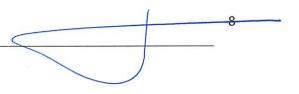
- II. ser habilitado na categoria D, com prazo de validade vigente;
- III. não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- IV. apresentar certidão negativa criminal;
- V. serem capacitados no curso para Condutores de Transporte Escolar e no curso de Transporte de Passageiros, com certificado dentro do prazo de validade.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 25 -** Fica proibida a existência de qualquer porteira, colchete, cerca e corredores dentro dos limites das estradas municipais, sendo que o transporte será feito somente nas linhas mestras, sendo de responsabilidades dos pais ou responsáveis levar os estudantes até os pontos localizados na linha mestra.

Parágrafo Único - em caso de existência dos itens elencados no caput deste artigo, o ônibus ficará impedido de transportar os estudantes até que os impedimentos tenham sido retirados da estrada.

- **Artigo 26 -** O serviço público municipal de transporte escolar poderá ser terceirizado, obedecendo às condições previstas nesta lei, na legislação de trânsito e deve conter os seguintes itens no edital de licitação e no contrato firmado entre as empresas e o Poder Executivo:
  - I. a indicação do tipo de veículo destinado ao transporte escolar;
- II. o tempo máximo de fabricação dos veículos;
- III. a previsão da quantidade mínima de assentos em cada veículo;
- IV. a quantidade de estudantes a serem transportados;





Secretaria de Gabinete

- V. a vedação à subcontratação total ou parcial do serviço de transporte escolar;
- VI. utilização de rastreamento veicular (GPS), com a finalidade de mensurar com maior precisão a quantidade de quilômetros rodados e o trajeto percorrido, para se evitar possíveis casos de superfaturamento, advindo de pagamentos por serviços não prestados e em caso de pane no veículo, facilitar a sua localização.
- Artigo 27 Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnica e financeira com entes públicos municipal e estadual, para atender estudantes com transporte escolar, objetivando o atendimento aos princípios da economicidade e eficiência dos serviços públicos, mediante estudo apresentado pela Secretaria Municipal de Educação.
- **Artigo 28 -** Os recursos previstos no Orçamento do Estado e da União para a manutenção do transporte escolar serão repassados de forma automática e sistemática, sem necessidade de celebração de convênio ou instrumento congênere.
- I- os recursos da União serão repassados de acordo com critérios próprios, estabelecido pelo ente da federação responsável pela administração financeira;
- II os recursos do Estado serão repassados pelo critério da quantidade de quilômetros rodados em cada Município para transportar estudantes da rede estadual de ensino.
- **Artigo 29 -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 28 de abril de 2022.

LEONARDO TADEU BORTOLIN PREFEITO MUNICIPAL



Secretaria de Gabinete

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_/2022.

Senhor Presidente,

Ilustres Vereadores,

Ao cumprimentá-los nesta oportunidade, vimos encaminhar para apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores o presente projeto de lei, buscando a necessária autorização legislativa para aprovar matéria que REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE.

Através do presente projeto, se objetiva a criação de uma Lei Municipal para regulamentação do transporte municipal escolar no município de Primavera do Leste-MT.

Portanto, entende-se estar suficientemente demonstrado o interesse público existente, razão pela qual conta-se com o apoio dos Nobres Vereadores.

Na certeza de contarmos com a colaboração dos nobres Vereadores para a aprovação por unanimidade, manifesto votos de elevada estima e distinguida consideração.

Primavera do Leste - MT, 28 de abril de 2022.

LEONARDO TADEU BORTO

Prefeito Municipal